

Leia o texto 1 para responder às questões 1 a 3

TEXTO I

CUIDADO: “por conta de” é o novo “a nível de”

O uso exagerado de uma locução que serve para qualquer situação é um miasma que pode ser tomado como evidência da diminuição da riqueza vocabular da língua portuguesa

Por: Sérgio Rodrigues

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/cuidado-%E2%80%9Cpor-conta-de%E2%80%9D-e-o-novo-%E2%80%9Ca-nivel-de%E2%80%9D> Acesso em 20/03/2012

A locução prepositiva “por conta de” não é um novo animal na floresta da língua. Faz alguns anos que professores de português, conselheiros gramaticais e outros profissionais encarregados de zelar por uma versão limpa e correta do português falado no Brasil vêm alertando o público sobre seus riscos. Não adiantou. A novidade que se anuncia aqui é que esse modismo besta está vencendo o jogo - e de goleada. Se “a nível de” é uma praga que, de tão ridicularizada, entrou em declínio, “por conta de” está em alta. Quem separar uns poucos minutos para folhear com atenção revistas e jornais, navegar na internet ou ouvir TV e rádio - **sobretudo** este - encontrará uma impressionante variedade de frases sintaticamente mancas, construções rebarbativas e outras bobagens com “por conta de” no meio.

Uma complicação adicional é que nem sempre **essa** locução agride a gramática e o bom-senso, embora o desgaste provocado pela repetição excessiva torne cada vez mais difícil acomodá-la num texto de estilo apurado. Como costuma ocorrer com modismos linguísticos bem-sucedidos demais, os casos mais graves são aqueles em que a expressão feticista, julgando-se todo-poderosa, transborda do nicho gramatical que lhe foi reservado e passa a atuar como predadora de outras espécies ao seu redor. Mais do que empobrecer o vocabulário em circulação na sociedade, esse espalhamento instaura um vale-tudo em que a muleta linguística faz o papel de curinga chamado a remendar às pressas raciocínios esfarrapados. É o momento em que a inteligência coletiva paga a conta.

Não se trata de exagero. Talvez os danos fossem menores, computados apenas no placar da elegância, se os ataques se restringissem às preposições simples e curtas - como “com”, “contra”, “por” e “de” - que são as primeiras vítimas de “por conta de”:

- “Corintianos fazem piada por conta da derrota do Santos” (com);
- “Atriz Y. está deprimida por conta da separação” (com);
- “Moradores protestam por conta da situação da estrada” (contra);
- “Escritor X. é processado por conta de plágio” (por);
- “Morreu por conta de câncer” (de).

Nos casos acima, a locução do momento comete um crime típico do bacharelismo brasileiro, a enrolação palavrosa — a mesma que já levou muita gente a acreditar que soava sofisticada ao proferir tolices como “passar mal a nível de estômago”. Diante do que vem depois, **porém**, isso pode ser considerado secundário. Fortalecido pelas primeiras vitórias, “por conta de” **logo** se aventura em regiões distantes de seu habitat, passando a exterminar e substituir espécies linguísticas com as quais não tem a mais pálida semelhança. É o caso da preposição “sobre”: “O craque analisou a equipe adversária, mas por conta da queda do treinador preferiu não fazer comentários”.

E de repente atingimos o ponto culminante na escala da falta de noção: “por conta de” aparece ocupando o lugar de um advérbio como “apesar”, numa construção concessiva como esta: “Mesmo por conta da epidemia de dengue, as pessoas continuam deixando recipientes com água no quintal”.

Onde estarão errando os opositores de “por conta de” para ser ignorados de tal forma, inclusive por falantes que, para todos os efeitos, se incluem entre os praticantes da variedade culta da língua? Curiosamente, seu equívoco parece residir no excesso de rigor, e não na **leniência** — extremos que, como bem sabe quem educa ou já educou filhos, podem produzir resultados igualmente negativos. Ao condenarem indiscriminadamente como erro o uso dessa locução prepositiva com o sentido causal que dicionários de qualidade como Houaiss e Aulete (embora não o Aurélio) já reconhecem como um brasileiro legítimo, tais críticos abrem o flanco a uma desmoralizante acusação de ultraconservadorismo. Qualquer um que, a essa altura dos estudos linguísticos, seja visto como defensor de um impossível imobilismo de idiomas vivos é excluído do jogo com facilidade.

O fato é que o sentido causal de “por conta de” está além da polêmica. Sua origem clara — e castiça — deve ser buscada em “à conta de”, locução prepositiva à prova de controvérsia, embora pouco usada hoje. “À conta de” quer dizer “por causa de, a pretexto de”, informa o Aurélio, dando como exemplo uma frase de frei Vicente do Salvador (1564-1639), autor do clássico *História do Brasil*: “...à conta de defenderem a jurisdição de el-rei, totalmente extinguíam a da Igreja”. Para transformar “à conta de” em “por conta de”, basta uma troca de preposição tão simples quanto a que levou o “para” do início desta frase a

suplantar “por” como indicador de efeito a atingir, numa das evoluções marcantes do português antigo para o moderno analisadas por Said Ali em seus estudos pioneiros de gramática histórica.

No entanto, isso passa longe de esgotar a questão. Enquanto a expressão “por conta de” puder ser trocada por “em razão de”, “em decorrência de” ou “devido a” (que também já foi malvista, mas hoje goza de boa reputação), estaremos diante de uma defensável escolha de estilo, ainda que irreverente se observada por um prisma tradicional. Mas quando, numa língua de cultura como o português, filha legítima do latim, uma peça polivalente qualquer começa a substituir grosseiramente mecanismos programados para estabelecer entre palavras uma malha intrincada de relações lógicas, espaciais e temporais, como são as preposições, vemo-nos no terreno daquele círculo vicioso para o qual o escritor inglês George Orwell chamava atenção ao afirmar que, “se o pensamento corrompe a linguagem, a linguagem também pode corromper o pensamento”. A epidemia do “por conta de” é um sintoma da falência educacional brasileira.

1. São ideias presentes no texto:

- I. As expressões “a nível de” e “por conta de” não só são vazias de sentido, como empobrecem o vocabulário corrente na sociedade.
- II. É melhor empregar as preposições simples, pois o uso na forma de locução passa a ideia de falsa sofisticação vocabular.
- III. O texto cita apenas o uso da locução prepositiva substituindo preposições simples, como com, contra, por, de, sobre.
- IV. A locução prepositiva “por conta de” pode ser substituída por outras formas como escolha de estilo, mas seu uso pode deturpar a linguagem.
 - a) Estão corretas as afirmações contidas em I e IV.
 - b) Estão corretas as afirmações contidas em I, II e III.
 - c) Apenas a afirmação III está incorreta.
 - d) Todas as afirmações estão corretas.

2. A palavra miasma, empregada no subtítulo do artigo; e leniência, destacada no 6º parágrafo, significam, respectivamente:

- a) influência deletéria; excessiva tolerância.
- b) influência impoluta; intransigência excessiva.
- c) causa problemática; condenação indevida.
- d) influência grosseira; aprovação deliberada.

3. O texto I apresenta elementos coesivos que dão sustentação às ideias do autor. A alternativa que **NÃO** confirma essa perspectiva é:

- a) a palavra “porém”, no 4º parágrafo, estabelece contraste entre o sentido da primeira oração em relação à segunda.
- b) a palavra “essa”, destacada no 2º parágrafo foi usada porque o autor já havia se referido ao substantivo que a acompanha.
- c) a palavra “logo”, destacada no 4º parágrafo, exprime relação de consequência entre as orações que une.
- d) no primeiro parágrafo, a palavra destacada, “sobretudo”, poderia ser substituída por principalmente, sem que isso alterasse o sentido do que se diz.

4. Analise a correlação entre tempos e modos verbais empregados nas orações a seguir e assinale aquela que foge à norma padrão da língua portuguesa:

- a) A discussão já se tornara acirrada quando se divulgou este texto.
- b) O uso da língua será sempre motivo de discussão se não houver consenso sobre o emprego de recursos inovadores.
- c) O emprego da preposição demanda que o usuário a empregue de maneira coerente.
- d) Não fosse a reflexão proposta pelo artigo, todos teremos menos conhecimento sobre o funcionamento da linguagem.

5. Leia as sentenças:

1. Hoje comprei um livro e um caderno de anotações quando saía da universidade.
2. Ao aluno, a secretária emprestou caneta, papel, régua e compasso.
3. A atleta decidiu prosseguir, e ele parar.

Assinale a alternativa correta, quanto à análise das sentenças acima.

- a) As sentenças 1 e 2 estão corretamente pontuadas.
- b) As sentenças 2 e 3 estão devidamente pontuadas.
- c) Apenas a sentença 1 está devidamente pontuada.
- d) As sentenças 1 e 3 estão devidamente pontuadas.

6. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal:
- Governo diz que trata-se de especulação.
 - Levou-me os textos, mas me disse que não achava-os dignos de publicação.
 - Com relação às proteínas, poderiam-se buscar outras fontes.
 - Nada o faria mudar de opinião, se pudesse teria ido até o fim.
7. Assinale o par de vocábulos que formam o plural como escrivão e alto-falante, respectivamente:
- capitão / abaixo-assinado
 - anão / sexta-feira
 - aldeão / João-ninguém
 - corrimão / arroz doce
8. Sobre redação oficial, é **INCORRETO** afirmar que:
- A publicidade e a impessoalidade devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais.
 - O receptor das comunicações oficiais será sempre o conjunto dos cidadãos ou instituições tratado de forma homogênea (o público).
 - O jargão burocrático deve ser evitado na correspondência oficial, pois terá sempre sua compreensão limitada.
 - A redação oficial impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc.
9. No editor de texto MS Word, versão 2007, assinale a única opção correta que corresponde à ação de pressionar uma vez o lado direito do mouse, em cima de uma palavra escrita corretamente em um texto em português:
- Inserir nota de rodapé.
 - Abrir menu de formatação da fonte.
 - Abrir menu da biblioteca de numeração.
 - Inserir índice de ilustrações.
10. Na planilha eletrônica Microsoft Office Excel, versão 2007, as células A1, A2, A3 e A4 estão preenchidas respectivamente com os números: 2, 4, 6 e 8. E, em seguida, a célula B1 é preenchida com o número 10. Ao se selecionar a célula B1 e dar um duplo clique no quadro do canto inferior direito desta célula, pode-se afirmar que a célula B4 estará preenchida com o número:
- 8.
 - 20.
 - 16.
 - 10.
11. Com relação à planilha eletrônica Microsoft Office Excel, considerando-se que as células A1, A2 e A3 estão preenchidas com os seguintes valores: 10, 3 e 8, respectivamente. Ao selecionar a célula A4 e digitar =A1&A2&A3 e, finalmente, teclar ENTER, o resultado apresentado na célula será o número:
- 240.
 - 21.
 - 1038.
 - 519.
12. Na planilha eletrônica MS Excel, ao selecionar a célula A1, digita-se a seguinte fórmula =(15+10)*3+20% e logo em seguida teclar ENTER, o resultado apresentado será equivalente ao número:
- 15,00%.
 - 7.520,00%.
 - 90,00%.
 - 750,00%.
13. No regime de juros compostos qual é a taxa anual equivalente a 5% ao mês?
- 79,59% ao ano
 - 60% ao ano
 - 85,63% ao ano
 - 5% ao ano.
14. Leia as frases abaixo sobre matemática financeira:
- Um capital aplicado no regime de juros simples, independentemente do prazo, dará sempre um montante menor do que o gerado pela sua própria aplicação em juros compostos.
 - A capitalização de um montante em juros simples apresenta crescimento linear enquanto que nos juros compostos apresenta crescimento exponencial.
 - Montante é o mesmo que valor futuro.
 - No sistema de amortização constante o valor das prestações a serem pagas será uniforme.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
15. Uma determinada mercadoria está sendo vendida com preço à vista de R\$ 10.000,00. Sabe-se que ela pode ser adquirida em 6 parcelas fixas antecipadas com taxas de juros compostos de 2% ao mês. Qual é o valor das prestações mensais a serem pagas pelo vendedor?
- R\$ 1.785,26
 - R\$ 1.893,94
 - R\$ 1.750,25
 - R\$ 1.666,67
16. Uma aplicação financeira paga juros compostos de 20% ao ano para um investidor, sabendo-se que a taxa de inflação acumulada prevista para esse mesmo ano será de 6% e que há isenção de imposto de renda, pergunta-se: Qual é a rentabilidade real obtida nessa aplicação financeira?
- 26% ao ano
 - 1,17% ao mês
 - 14% ao ano
 - 13,21% ao ano
17. A legislação que trata do Processo Administrativo no âmbito da administração federal, elenca atos administrativos que deverão ser motivados. Considerando tal disposição e os atos administrativos em geral, é possível afirmar que **não exige** a lei em questão, que sejam motivados:
- Os atos administrativos que decidam processos administrativos de seleção pública.
 - Os atos administrativos que certifiquem a constatação de determinado fato.
 - Os atos administrativos que declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
 - Os atos administrativos que limitem interesses.
18. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- São causas para a administração pública rescindir contratos firmados em decorrência de processos licitatórios: a subcontratação total ou parcial do seu objeto, em qualquer hipótese, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação; o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores; a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se existente o depósito de garantia da obra, em espécie, como exigido por lei; a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado; a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.
 - São causas para a administração pública rescindir contratos firmados em decorrência de processos licitatórios: não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos; o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados; o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento; a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
 - São tipos penais (crimes) com penas previstas pela lei de licitações, entre outras, a seguintes condutas: dispensar licitação fora de hipótese prevista em lei; celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo; e patrocinar, indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
 - Leilão constitui modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

19. Assinale a assertiva verdadeira:

- Segundo a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, solidariedade e eficiência.
- Segundo a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de ética, economicidade, legalidade, vedação ao nepotismo e eficiência.
- Segundo a Constituição Federal, administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade, e eficiência.
- Segundo a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de moralidade, economicidade, legalidade, impessoalidade, e eficiência.

20. Assinale a assertiva verdadeira:

- Nos contratos de prestação de serviços firmados após regular processo licitatório, o contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, assumindo a administração pública, por previsão legal expressa neste sentido, a responsabilidade subsidiária apenas quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários que eventualmente o contratado deixar de satisfazer.
- Das decisões proferidas nos Processos Administrativos perante a administração federal (regulados pela Lei 9784/99), cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, sendo este dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior, tramitando o recurso, no máximo, por três instâncias administrativas - salvo disposição legal diversa. Salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida. Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- Em se tratando de processo licitatório será necessário observar, quanto ao recursos administrativos, o que consta da legislação que regula a matéria, a Lei 8666/93. Assim, dos atos da Administração a respeito do tema, caberá recurso no prazo de quinze dias contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, entre outras hipóteses, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante; no julgamento das propostas; e no indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.
- Das decisões proferidas nos Processos Administrativos perante a administração federal (regulados pela Lei 9784/99), cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, devendo ser este dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior, tramitando o recurso, no máximo, por três instâncias administrativas - salvo disposição legal diversa. Têm legitimidade para interpor o recurso em questão, os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; e os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

21. Assinale a assertiva verdadeira:

- A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

- Mandado de segurança coletivo, instrumento para controle judicial de atos administrativos, pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos cinco anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- A ação civil pública como instrumento para controle judicial de atos administrativos, é aquela em que qualquer cidadão é parte legítima para pleitear a declaração de nulidade de ato lesivos ao patrimônio sociedades de economia mista ou empresas públicas.
- A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa, de Câmara de Vereadores, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

22. O gás natural pode ter diferentes composições dependendo de onde é extraído. A composição média do gás natural é de:

- Etano 44%; Metano 50%; Propano 5%; Butano, gases pesados e gases inertes 1%.
- Etano 90%; Metano 6%; Propano 2%; Butano, gases pesados e gases inertes 2%.
- Etano 90%; Metano 3%; Propano 5%; Butano, gases pesados e gases inertes 2%.
- Etano 6%; Metano 90%; propano 2%; Butano, gases pesados e gases inertes 2%.

23. O gás natural tem se mostrado como a melhor opção energética, face a necessidade de reduzir os problemas ambientais associados à queima dos combustíveis fósseis. As emissões evitadas na utilização de gás natural são:

- CO₂, SO₂, NO_x e particulados.
- CO, N₂ e O₃.
- H, CO₂, H₂O.
- NO, O₃, SO₂ e particulados.

Indique a alternativa correta:

- Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- Somente a assertiva I está correta.
- Somente as assertivas I e III estão corretas.
- Somente as assertivas III e IV estão corretas.

24. Analise as proposições abaixo sobre gás natural:

- É encontrado como uma energia de origem fóssil, acumulado em rochas porosas no subsolo, frequentemente acompanhado por petróleo, constituindo um reservatório.
- É extraído de jazidas naturais subterrâneas formadas por rochas sedimentares porosas e permeáveis e cobertas por estratos impermeáveis que impedem a sua saída para o exterior. Formou-se nessas jazidas subterrâneas como resultado da decomposição de sedimentos naturais ao longo de muitos milhares de anos. O gás natural pode estar acompanhado por petróleo ou é encontrado constituindo um reservatório de gás.
- É encontrado em reservas subterrâneas, somente no mar, tal qual o petróleo, sendo considerável o número de reservatórios que contêm gás natural associado ao petróleo. Nestes casos, o gás recebe a designação de gás natural é dito não associado.

Indique a alternativa correta:

- As assertivas I, II e III estão corretas.
- Somente as assertivas II e III estão corretas.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.

25. Assinale a alternativa correta. Gás natural é:

- I. Uma mistura de hidrocarbonetos parafínicos leves (metano, etano e propano) e outros componentes de maior peso molecular, que à temperatura ambiente e à pressão atmosférica permanecem no estado gasoso.
- II. Um carboneto parafínico leve e outros componentes de maior peso molecular, que à temperatura ambiente e à pressão atmosférica permanecem no estado gasoso.
- III. Uma mistura de hidrocarbonetos parafínicos leves (etano e propano) e outros componentes de maior peso molecular, que à temperatura ambiente e à pressão atmosférica permanecem no estado gasoso.
- IV. Um carboneto parafínico leve e outros componentes de maior peso molecular, que à temperatura ambiente e à pressão atmosférica permanecem no estado líquido.

Indique a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Somente a assertiva I está correta.

26. De acordo com a legislação que define a especificação do gás natural comercializado no Brasil, devem ser controlados os parâmetros abaixo, **EXCETO**:

- a) Pressão do vapor.
- b) Poder calorífico superior.
- c) Teor de oxigênio.
- d) Teor de gás sulfídrico.

Reality Television

Reality television is a genre of television programming which, it is claimed, presents unscripted dramatic or humorous situations, documents actual events, and features ordinary people rather than professional actors. It could be described as a form of artificial or "heightened" documentary. Although the genre has existed in some form or another since the early years of television, the current explosion of popularity dates from around 2000.

Reality television covers a wide range of television programming formats, from game or quiz shows which resemble the frantic, often demeaning programmes produced in Japan in the 1980s and 1990s (a modern example is Gaki no tsukai), to surveillance- or voyeurism- focused productions such as Big Brother.

Critics say that the term "reality television" is somewhat of a misnomer and that such shows frequently portray a modified and highly influenced form of reality, with participants put in exotic locations or abnormal situations, sometimes coached to act in certain ways by off-screen handlers, and with events on screen manipulated through editing and other post-production techniques.

Part of reality television's appeal is due to its ability to place ordinary people in extraordinary situations. For example, on the ABC show, The Bachelor, an eligible male dates a dozen women simultaneously, travelling on extraordinary dates to scenic locales. Reality television also has the potential to turn its participants into national celebrities, outwardly in talent and performance programs such as Pop Idol, though frequently Survivor and Big Brother participants also reach some degree of celebrity.

Some commentators have said that the name "reality television" is an inaccurate description for several styles of program included in the genre. In competition-based programs such as Big Brother and Survivor, and other special-living-environment shows like The Real World, the producers design the format of the show and control the day-to-day activities and the environment, creating a completely fabricated world in which the competition plays out. Producers specifically select the participants, and use carefully designed scenarios, challenges, events, and settings to encourage particular behaviours and conflicts. Mark Burnett, creator of Survivor and other reality shows, has agreed with this assessment, and avoids the word "reality" to describe his shows; he has said, "I tell good stories. It really is not reality TV. It really is unscripted drama."

27. In the first line, the writer says 'it is claimed' because:

- a) No one agrees with the statement.
- b) They want to distance themselves from the statement.
- c) Everyone agrees with the statement.
- d) They agree with the statement.

28. Japan:

- a) Has produced demeaning TV shows elsewhere.
- b) Produced Big Brother.
- c) Is the only place to produce demeaning TV shows.
- d) Invented surveillance focused productions.

29. People have said reality television is a misnomer because:

- a) It is demeaning.
- b) It shows reality.
- c) The name is inaccurate.
- d) It uses exotic locations.

30. According to the text, producers choose the participants:

- a) On the ground of talent.
- b) To create conflict among other things.
- c) To make a fabricated world.
- d) Only for special-living-environment shows.

31. Após a leitura das assertivas I a IV, assinale a resposta correta

- I. Segundo a Constituição Federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.
- II. Dentre os direitos e garantias fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal, está o reconhecimento aos litigantes, em processo judicial, do direito ao contraditório, à ampla defesa e aos recursos a ela inerentes, com acesso ao duplo grau de jurisdição.
- III. Segundo a Constituição Federal, a soberania popular é exercida por meio de sufrágio censitário e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- IV. Segundo a Constituição Federal, o alistamento eleitoral e o voto, são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e para os menores de setenta anos de idade, inclusive se analfabetos.

Considerando tais assertivas, responda:

- a) As assertivas I e III são verdadeiras.
- b) A assertiva III é verdadeira.
- c) A assertiva IV é verdadeira.
- d) Não há assertivas verdadeiras nesta questão.

32. Após a leitura das assertivas I a IV, assinale a alternativa correta.

- I. A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.
- II. Nos processos licitatórios deverão ser observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da primazia nepotista, da proibidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da igualdade, da publicidade e dos que lhes sejam correlatos
- III. As licitações executadas pela administração pública em geral, devem ser conduzidas em conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da proibidade administrativa da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da igualdade, da publicidade e dos que lhes são correlatos, sendo vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, salvo se tal circunstância puder tornar o serviço público mais eficiente, a juízo da autoridade administrativa respectiva.
- IV. A respeito de licitação executada pela administração pública em geral, é correto afirmar: a) concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto; b) concurso é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa; c) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação; d) é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitida uma única prorrogação no respectivo contrato.

Considerando tais assertivas, responda:

- a) As assertivas I e IV não são verdadeiras.
- b) As assertivas III e IV não são verdadeiras.
- c) As assertivas I e III verdadeiras.
- d) As assertivas I e II são falsas.

33. Após a leitura das assertivas I a IV, assinale a alternativa correta.

- I. Compete ao Diretor-Geral da ANP, dentre outras atribuições, representar ao Ministério Público, para início de ação civil pública de interesse da Agência.
- II. São condutas punidas pela legislação que regula as licitações, constituindo tipos penais (crimes): dispensar licitação fora das hipóteses previstas em lei; perturbar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório; devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório; afastar licitante por meio de oferecimento de vantagem de qualquer tipo; e desistir de licitar em virtude de vantagem oferecida.
- III. O valor jurídico do ato administrativo depende da observância do princípio da publicidade, razão pela qual estes devem sempre ser publicados no Diário Oficial.
- IV. É motivo para a rescisão de contrato celebrado com a administração pública, deixar estar de pagar pela execução de serviços contratados e executados com atraso superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

Considerando tais assertivas, responda:

- a) São falsas as assertivas III e IV.
- b) São falsas as assertivas II e III.
- c) São falsas as assertivas I e III.
- d) São falsas as assertivas II e IV.

34. Após a leitura das assertivas I a IV, assinale a alternativa correta

- I. Diante do princípio da estrita legalidade, o abuso de poder por parte da administração pode ser caracterizado unicamente pelo uso do poder fora dos limites da competência conferida por lei à administração.
- II. Os atos administrativos têm como atributo a presunção de legitimidade.
- III. Nos contratos celebrados pela administração pública, deverão constar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade desta, a sujeição dos contratantes às normas da Lei de Licitações e às cláusulas do próprio contrato, devendo, como regra geral prevista em lei, ocorrer a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, sendo esta uma condição indispensável de eficácia do pacto, providência a ser tomada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura respectiva.
- IV. Segundo autoriza a Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é possível quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou frente a relevante interesse coletivo, conforme definido em lei, cabendo a Lei Complementar regular o funcionamento da empresa pública e da sociedade de economia mista de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, as quais se sujeitarão a um regime especial próprio do setor público, quanto aos direitos e obrigações trabalhistas e tributárias.

Considerando as assertivas, responda:

- a) Não são verdadeiras as assertivas I e IV.
- b) Não são verdadeiras as assertivas II e III.
- c) Não são verdadeiras as assertivas I e II.
- d) Não são verdadeiras as assertivas II e IV.

35. É correto afirmar que:

- a) Dos princípios administrativos referidos pela Constituição Federal, apenas os da impessoalidade, da legalidade e da eficiência, têm aplicação efetiva às Sociedades de Economia Mista.
- b) Os atos administrativos não podem ser revogados pela própria administração, somente podendo ser anulados Poder Judiciário.
- c) A administração pública indireta municipal deverá obedecer, entre outros, aos princípios de legalidade e impessoalidade.
- d) O princípio da impessoalidade poderá ser mitigado, a critério da própria administração.

36. Assinale a alternativa correta:

- a) Quanto à Cláusula Penal, segundo o Código Civil, é correto afirmar que: quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor; quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal; o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal; a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio; a cláusula penal, como pré-fixação de perdas e danos, para sua cobrança depende da alegação de prejuízo por parte do credor.
- b) Segundo o Código Civil, além de outras situações, não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela; e entre os maiores de 16 e menores de 18 anos de idade.
- c) Quanto à Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica, é possível afirmar que o Código Civil consistiu em um grande avanço em relação ao tratamento da matéria conferido pelo Código de Defesa do Consumidor, ampliando as hipóteses de sua aplicação para as situações gerais de abuso da personalidade jurídica decorrentes do desvio de finalidade ou confusão patrimonial, quando poderá o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- d) Quanto ao pagamento, segundo o Código Civil, é correto afirmar que: credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa; quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, de ofício ou a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação; são nulas as convenções de pagamento em ouro ou em moeda estrangeira, bem como para compensar a diferença entre o valor desta e o da moeda nacional, excetuados os casos previstos na legislação especial; quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece, até prova em contrário, a presunção de estarem solvidas as anteriores.

37. Assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código de Processo Civil, são cabíveis Embargos de Declaração no prazo de cinco dias, em caso de omissão, dúvida, obscuridade ou contradição da decisão recorrida, restando interrompido o prazo para a interposição de outros recursos, para quaisquer das partes, se os Embargos forem interpostos.
- b) No julgamento do Recurso Ordinário pelo STJ, seu relator, em decisão monocrática, negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, ou ainda, poderá dar provimento ao recurso, se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Da decisão proferida caberá agravo, no prazo de dez dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.
- c) Quanto à prova documental, é correto afirmar: 1) é ônus da parte que alega falsidade material de determinado documento, provar a alegação, antecipando, se necessário, o valor das despesas com o exame pericial relativo ao Incidente de Falsidade; 2) é ônus da parte que juntou aos autos determinado documento assinado pela parte contrária, provar que é verdadeira a assinatura respectiva, se tal assinatura for impugnada pela parte adversa sob alegação de falsidade; e 3) um documento que se verifique no processo tenha sido assinado em branco, nos termos do Código de Processo Civil, continua a produzir efeitos até que se prove que foi abusivamente preenchido.
- d) Segundo o Código de Processo Civil, são causas de extinção do processo, dentre outras, a morte ou a perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador, a incompetência absoluta do órgão julgador e a falta de qualquer uma das condições da ação.

38. Quanto às sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, é **INCORRETO** afirmar que:
- São condutas tipificadas como ilícitos penais contra o meio ambiente, entre outras: fundear embarcação sobre banco de moluscos devidamente identificado em carta náutica; pescar em local interdito pelo órgão competente; pescar espécime que deva ser preservado; transportar espécime de pesca ou apanha proibidas.
 - São condutas tipificadas como ilícitos penais contra o meio ambiente, entre outras: danificar floresta considerada de preservação permanente; cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente; transportar balões que possam provocar incêndios nas florestas, em áreas urbanas ou em qualquer tipo de assentamento humano.
 - Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes lesivos ao meio ambiente, incide nas penas a esses cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.
 - São condutas tipificadas como ilícitos penais contra o meio ambiente, entre outras: perseguir espécime da fauna silvestre, nativo ou em rota migratória; modificar ninho, abrigo ou criadouro natural; provocar perecimento de espécime da fauna aquática existente em lagoa ou água jurisdicional brasileira, mediante a emissão de efluentes ou carreamento de materiais.
39. Assinale a alternativa correta:
- Para fins da execução fiscal, são requisitos do Termo de Inscrição de Dívida Ativa, dentre outros: a designação do Juiz ao qual é dirigida a petição, a qualificação da Fazenda requerente, uma breve exposição dos fatos e fundamentos jurídicos de que resulte o pedido executório, a data e a assinatura do Procurador da fazenda requerente; o nome do devedor, dos co-responsáveis e seus endereços; o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato; a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida; a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo; a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.
 - Cabe à legislação ordinária estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária que defina o tratamento diferenciado a ser observado quanto às microempresas e empresas de pequeno porte.
 - São legitimados ativos para a execução fiscal: o devedor, o fiador e o sujeito ativo da relação tributária; o espólio, a massa falida e os sucessores do devedor, a qualquer título; a massa em liquidação extrajudicial; o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado.
 - Compete à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, bem como instituir impostos sobre grandes fortunas e sobre proventos de qualquer natureza.
40. Assinale a assertiva **INCORRETA**:
- Segundo a Constituição Federal, é vedado à União instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos, ressalvada a hipótese de incidência do Imposto Sindical.
 - Segundo a Constituição Federal, é vedado aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
 - Segundo a Constituição Federal, é vedado aos Estados exigir ou aumentar tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou utilizar tributo com efeito de confisco.
 - Segundo a Constituição Federal, é vedado aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça e cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
41. É **INCORRETO** afirmar que
- Segundo a Constituição Federal, compete à União instituir imposto sobre operações de seguro e sobre a propriedade territorial rural.
 - Segundo a Constituição Federal, compete aos Estados e ao Distrito Federal, instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; e sobre a propriedade de veículos automotores.
 - Segundo a legislação que regula a execução fiscal, nesta, o juízo pode ser garantido por meio de carta de fiança bancária.
 - Segundo a Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
42. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- É de cinco anos, com o limite de dois anos contado da extinção do contrato de emprego, o prazo de prescrição para o trabalhador demandar por qualquer verba decorrente do contrato de emprego.
 - Segundo o entendimento majoritário da jurisprudência do TST, tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco, sendo indevido este apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.
 - Segundo a CLT, poderá ser dispensado o pagamento de horas extras se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
 - Segundo o entendimento majoritário da jurisprudência do TST, as gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes, das quais não tem controle o empregador, integram o salário do empregado, não servindo de base de cálculo porém para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
43. Assinale a assertiva **INCORRETA**:
- Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultará do contrato, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.
 - Só é válido para afastar o direito à equiparação salarial garantido pela CLT, um quadro de carreiras com previsão de promoções por antiguidade e merecimento que tenha sido homologado pelo Ministério do Trabalho.
 - Segundo o entendimento majoritário da jurisprudência do TST, a projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.
 - Não são consideradas parcelas salariais: vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço.

44. Assinale a assertiva correta:

- a) Segundo a regra geral, competente para o julgamento da ação trabalhista é a Vara do Trabalho da localidade em que o trabalhador foi contratado. Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Vara da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Vara da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima. Por fim, em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.
- b) Segundo a CLT, a reclamação poderá ser escrita ou verbal e, sendo escrita, esta deverá indicar o juízo ao qual é dirigida, o nome e a qualificação das partes, os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido com as suas especificações, o valor da causa, as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e o requerimento para a citação do réu.
- c) Para questionar judicialmente a validade de ato de fiscalização do Ministério do Trabalho do Emprego, por exemplo, por meio de Mandado de Segurança, deve a empresa autuada ajuizar a tal medida judicial perante a Justiça Federal.
- d) Em caso de falta de capacidade para estar em Juízo, a CLT determina que a incapacidade seja suprida pela presença do representante legal do incapaz e, na sua falta, por um Procurador do Trabalho, pelo Sindicato, por um Promotor de Justiça ou por qualquer Curador nomeado em juízo.

45. Assinale a alternativa correta:

- a) É possível afirmar que caberá Recurso de Revista para atacar uma decisão proferida por Tribunal Regional do Trabalho, no julgamento final de uma Ação Rescisória, se a decisão proferida afrontar texto da Constituição da República ou texto de Lei Federal.
- b) Supondo que o valor em vigor para fins de depósito recursal seja de R\$6.000,00 para Recurso Ordinário e R\$12.000,00 para Recurso de Revista, será necessário a uma empresa complementar mais R\$6.000,00 (ao depósito de R\$6.000,00 já anteriormente realizado), se desejar interpor Recurso de Revista para pedir a reforma de uma decisão de TRT que negou provimento a seu Recurso Ordinário, interposto para atacar uma sentença de primeira instância que a condenou a pagar verbas trabalhistas com valor provisório arbitrado em R\$30.000,00.
- c) O devedor tem legitimação ativa para a interposição de Embargos de Terceiro, inclusive em se tratando de Processo do Trabalho, diante da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.
- d) Para atacar decisão proferida em Agravo de Petição, caberá Recurso de Revista somente em casos de violação de lei federal ou da Constituição da República.

46. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nas sociedades limitadas, dependem da deliberação dos sócios, a aprovação das contas da administração; a designação dos administradores, quando feita em ato separado; a destituição dos administradores; o modo de remuneração dos administradores, quando não estabelecido no contrato; a modificação do contrato social; a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas e o pedido de concordata.
- b) Nas sociedades limitadas, na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
- c) Nas sociedades limitadas, no caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.
- d) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, inclusive o profissional liberal que executa atividade intelectual, científica, literária ou artística de qualquer natureza.

47. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nas companhias, as operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.
- b) Nas companhias, compete à Assembleia Geral suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou estatuto.
- c) Nas companhias, a emissão de debêntures é da competência da Assembleia Geral.
- d) Nas companhias, compete ao Conselho de Administração autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.

48. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Em caso de falência e nos termos da lei que regula a matéria, os credores trabalhistas (limitados seus créditos a 150 salários mínimos por credor) e os credores com créditos decorrentes de acidentes de trabalho, terão preferência sobre todos os outros, seguindo-se a estes os credores com créditos decorrentes de garantia real (até o limite do valor do bem gravado) e, em seguida, só então, os credores tributários, com créditos tributários independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, excetuadas porém as multas tributárias.
- b) São infrações à ordem econômica, prejudicando a livre concorrência ou a livre iniciativa: praticar, em acordo com concorrente, preços e condições de venda de bem ou prestação de serviço; influenciar a adoção de conduta comercial uniforme entre concorrentes; dividir os mercados de serviços ou produtos, acabados ou semi-acabados, ou as fontes de abastecimento de matérias-primas ou produtos intermediários; abandonar, fazer abandonar ou destruir lavouras ou plantações; e vender mercadoria abaixo do preço de custo.
- c) Cabe ao Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica: decidir sobre a existência de infração à ordem econômica, aplicando a penalidade legalmente prevista para a hipótese; ordenar providências que conduzam à cessação de infração à ordem econômica; e requisitar informações de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, respeitando e mantendo o sigilo legal quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções.
- d) Nas companhias, entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e que usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

49. Quanto às fontes do Direito Internacional e normas de sua aplicação, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Perante a Corte Internacional de Justiça, as convenções internacionais gerais ou especiais, são tomadas como fontes do direito internacional, se suas regras forem expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes.
- b) Perante a Corte Internacional de Justiça, o costume internacional é aceito como fonte do direito internacional, se demonstrado ser tal comportamento sua prática corriqueira, por um dos estados litigantes.
- c) Perante a Corte Internacional de Justiça, os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas, são aceitos como fonte do direito internacional.
- d) Perante a Corte Internacional de Justiça, as decisões judiciais e a doutrina dos juristas mais qualificados das diferentes nações, podem funcionar como meio auxiliar para a determinação das regras do direito.

50. Assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) O Conselho do Mercado Comum (formado por representantes dos Ministérios Relações Exteriores, da Economia e dos Bancos Centrais, dos Estados-membros) e o Grupo de Mercado Comum (formado pelos Ministros das Relações Exteriores e representantes do Poder Legislativo dos Estados-membros), são órgãos do MERCOSUL.
- b) A Organização das Nações Unidas tem, dentre seus objetivos, manter a paz e a segurança internacionais, podendo para este fim tomar medidas efetivas para evitar ameaças e reprimir atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz.
- c) A Assembleia Geral (da qual fazem parte todos os Estados-membros), o Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social, são órgãos da Organização das Nações Unidas.
- d) O direito internacional reconhece às organizações internacionais, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho, o Direito de Convenção e o Direito de Legação.